

JORNAL DO BRASIL

= 1 DEZ 1991

# Mascarenhas, suplente de deputado

Ricardo Serpa — 19/6/90

*Psicanalista vê Congresso como paciente no divã*

Rosângela Bittar

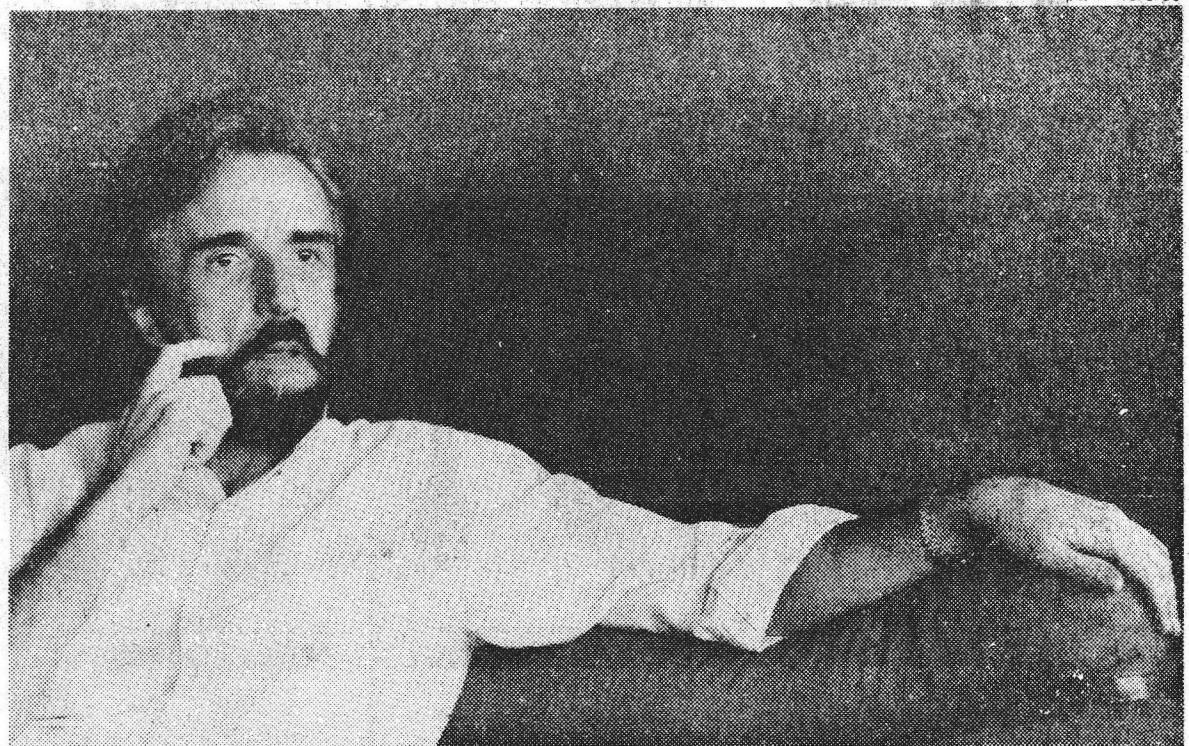
**B**RASÍLIA — Único psicanalista do Congresso, o suplente de deputado Eduardo Mascarenhas (PDT-RJ), que assumiu há seis meses, em plenário mantém-se silencioso — “Existe todo um dialeto, é como uma língua estrangeira. Não sei falar como o Genoino”, afirma —, mas na intimidade não se esquia de fazer uma análise profunda da instituição a que agora pertence.

Sua fama de derrubador de mitos, no entanto, não se confirma. Seis meses após chegar a Brasília, exceto o fato de as autoridades contratarem parentes para trabalhar em seus gabinetes, o que o psicanalista (e político) observou no Congresso derruba o que denomina de *imaginário* das pessoas a respeito do que acontece naquelas famosas conchas do cartão postal de Brasília.

“Há uma revolta nacional pelo estado em que o país se encontra, mas existe uma desproporção entre as críticas ao Parlamento e as suas responsabilidades e seus poderes. É impossível evitar as críticas e conter a revolta da população quando o país está todo à beira de um ataque de nervos. O presidente da República, os governadores, são figuras de carne e osso. Se são objeto da revolta coletiva, ao se dirigirem à população geram também afeição, solidariedade, simpatia, têm uma presença emocionalmenteativa, eles são de carne e osso. O Parlamento, não. É uma espécie de monstro fantasmagórico. Não é encarnado numa pessoa”, resume Mascarenhas.

Segundo o deputado, o Congresso recebe uma espécie de execração nacional porque não tem uma ação executiva: “A sensação que as pessoas têm é que há na Câmara 503 marajás discutindo sobre o nada para fazer coisa nenhuma. Isto fica ainda pior quando visto em oposição ao Executivo, onde um governador, um prefeito, um presidente fazem mais do que 503 deputados”. E exemplifica:

“Nos três dias em que é preciso ficar em Brasília — terça, quarta e quinta — trabalha-se até 14 horas por dia, sem parar. Ainda se diz que deputado é vagabundo? Se apresenta um



Eduardo Mascarenhas na Câmara não confirmou sua fama de derrubador de mitos

projeto, tem que trabalhar sobre ele no fim de semana. A maioria tem um tipo de mandato que exige viagens pelo interior nos demais dias da semana”, diz o psicanalista. “As 18 horas, o deputado não vai para o no bar, como se imagina. Há que se reservar tempo também para entrevistas, palestras, conferências.”

Mascarenhas insiste que o brasileiro tem uma imagem errada dos congressistas. Para ele, falta noção da diferença entre o que seja a Câmara e o Senado e as Câmaras de Vereadores e Assembleias Estaduais: “Para a população, tudo é deputado, quando a diferença entre eles tem uma importância gigantesca. Noventa por cento das escandalosas mordomias são das Assembleias estaduais e das Câmaras de vereadores”.

Outro mito do *imaginário* coletivo que Mascarenhas se propõe a derrubar é sobre a tal falada ausência dos parlamentares de Brasília: “Se faltarmos a uma sessão, o salário é abatido. Muitas vezes o trabalho se prolonga até a madrugada e não recebemos salário adicional. As pessoas imaginam que se não comparecermos não acontece nada. Não é verdade. O salário diminui, e não tem o jeitinho para assinar o ponto. Além do controle

eletrônico, com os códigos secretos, há o controle da portaria, em que o portero diz se te viu entrar ou não. Se esses dois dados não batem, não fica registrada a presença”.

Como o assunto é dinheiro, ele se apressa em desfazer a tese de que o congressista ganha salário de marajá:

“Entre as democracias talvez sejam os deputados mais mal pagos do mundo. Na Itália, os deputados ganham US\$ 10 mil por mês; um embaxador brasileiro no exterior ganha US\$ 10 mil; um deputado estadual ganha mais de US\$ 10 mil por mês. No Brasil, o deputado federal ganha US\$ 2 mil. Isto é muito se compararmos com a média de salários do povo, mas, se compararmos aos salários nômades de países equivalentes — como Argentina, México, Venezuela, Colômbia — é bem desproporcional. As pessoas se esquecem, também, que o parlamentar tem que financiar o seu mandato.”

Marinheiro de primeira viagem, ele não se importa de buscar em experiências anteriores — no caso, a própria profissão — uma explicação para contestar a crítica de que os parlamentares falam muito e pouco fazem:

“No mundo inteiro o Parlamento é objeto de chacota pela sua morosida-

de, e é natural estabelecer uma relação entre as mais de 500 pessoas e o volume de falação e ação que provocam. O Parlamento não é o Executivo. Aqui é mesmo onde se fala. Numa micro-instituição — a minha sociedade psicanalítica — com 120 pessoas, a confusão para se resolver qualquer coisa é grande, e todas elas são psicanalistas. Há dificuldade das coisas andarem, surgem brigas maiores que as da Câmara, onde estão 503 pessoas. O coletivo é moroso. O Executivo, como não é coletivo, é mais ágil.”

E para os que estranham o plenário vazio, o fato de deputados lerem jornais enquanto um colega discursa para o nada, rebate:

“O plenário é quase um momento simbólico de sacramentação do que acontece em outros momentos da atividade parlamentar. Esses geralmente não aparecem na TV. Temos, por exemplo, as prolongadas sessões das comissões. As reuniões de bancadas, onde se dá a linha do partido para as votações do plenário. As incontáveis reuniões do fim de tarde e madrugadas. Os seminários onde se discutem temas. Essas também são formas de decisão. O plenário é um liturgia jurídica de coisas que em 95% das vezes já estão definidas.”